



## **ATA DE REUNIÃO**

**São Paulo, 03 de dezembro de 2019**

### **Comissão de Segurança Hídrica**

(Processo SEI- 7810.2019/0000601-7)

- Teve lugar no dia 03 de dezembro de 2019, das 15h às 18h, nas dependências da Prefeitura de São Paulo, Ed. Matarazzo, Viaduto do Chá 15, 11º andar, a **10ª reunião ordinária da Comissão de Segurança Hídrica**.
- Participaram da reunião Anna Carolina de Marco, da Secretaria de Governo; Irineu Gnecco Filho, da Secretaria de Gestão; Ricardo Viegas, da Secretaria de Verde e Meio Ambiente; Thor Saad Ribeiro, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Marco Palermo, da SP Urbanismo; Pedro Algodoal, da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana Renato Zuccolo e Raphael Guerrero, do Instituto de Engenharia; Eunice Kishinami; Guilherme Checco e Yaumna Abdulghani, da Aliança pela Água; e Lucas Daniel Ferreira, acadêmico convidado.
- Inicialmente, Marco Palermo deu as boas vindas, e atualizou os conselheiros a respeito dos trâmites da Autoridade Hídrica Municipal, que ainda está pendente de decisão do gabinete do Prefeito.
- Em seguida, explicou que a pauta da reunião se referia à análise do relatório ARSESP de fiscalização dos investimentos realizados pela Sabesp em 2018. A reunião seria destinada à leitura do relatório, sendo que os conselheiros poderiam então estudar melhor e enviar comentários nos dias seguintes. Foi marcada uma nova reunião no dia 11/12, às 15h, para uma nova rodada de análise a partir desses comentários. Por fim, essa análise subsidiária a apresentação a ser levada pela Prefeitura ao Comitê de Serviços de Água e Esgoto da Capital.
- Palermo explicou então que a análise do relatório deve se desdobrar em pedidos de esclarecimento, complementação de informações, e apontamentos de infringência contratual. Essa análise seria remetida ao órgão regulador para a tomada de providências. Explicou ainda a diferença entre investimentos compartilhados e exclusivos.
- Thor Ribeiro esclareceu então o escopo do atual esforço de avaliação do relatório ARSESP, para a análise no curto prazo do cumprimento do contrato pela prestadora no ano de 2018. Nesse sentido, sugestões de alteração de área atendível, percentuais de investimento e metas devem servir de apontamento para a revisão quadrienal 2021-2024. Já o que se refere a tarifação, deve ser



deixado para o processo de revisão tarifária ARSESP a ser realizado em 2020. Notou-se ainda que a própria função de fiscalização, remunerada em cerca de R\$ 55 milhões, poderia ser trazida para a Prefeitura, deixando-se a ARSESP somente com a regulação.

- Iniciada a leitura, Pedro Algodoal apontou que, ao contrário de relatórios anteriores, não estava presente a *descrição física das obras realizadas*, e que este item deveria ser pedido a título de complementação.
- Em seguida, Palermo notou que o Relatório da ARSESP faz menção a um relatório técnico da SABESP, de 25 de junho de 2019, relativo aos investimentos, que não foi enviado à Prefeitura. Este deve ser incluído nos pedidos de complementação.
- Os conselheiros apontaram que parece haver uma discrepância entre os valores apresentados na Tabela 1 do relatório, relativo aos valores previstos e realizados de investimentos; e os valores previstos no Anexo II da revisão quadrienal. Dessa forma, este item deve constar como pedido de esclarecimento.
- Os conselheiros consideraram os critérios de avaliação, presentes na página 3, insuficientes. Além de se verificar o cumprimento das metas dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário e da aplicação dos 13% da receita líquida como investimento, eles avaliaram que é preciso verificar se os investimentos estão de fato impactando na melhora dos serviços, e se estão sendo feitos de acordo com o planejamento determinado no Anexo II – Plano de Investimentos, da última revisão quadrienal do contrato (referente ao período 2016-2020)
- Sobre esse ponto, o caso do Sistema São Lourenço foi considerado polêmico. Palermo explicou que este sistema não foi concebido com a cidade de São Paulo em mente, e que ele pode vir a aumentar a resiliência da região metropolitana somente se outros investimentos forem feitos. Ainda assim, os investimentos no São Lourenço superaram o orçamento planejado para o ano em 402%, frustrando grande parte dos investimentos planejados para o ano, em especial na rede exclusiva.
- Guilherme Checco apontou ainda que o sistema São Lourenço está estruturado com base em uma lógica do aumento da disponibilidade de água, e não na da segurança hídrica. Afirmou que a Comissão deveria pautar uma mudança de paradigma, preconizando, por exemplo, soluções descentralizadas. Ficou acertado que a comissão levaria para a revisão quadrienal seguinte, a ser realizada em 2020, propostas nesse sentido.



- Guilherme apontou também a importância do tema da transparência. Afirmou que o relatório e os indicadores eram opacos, e que diversas informações importantes não eram compartilhadas com a população. Em particular, cobrou dados a respeito dos subsídios cruzados do sistema metropolitano. Outro ponto que os conselheiros consideraram que merece maior transparência e debate é o efeito catapora, ou seja, as interrupções na rede de coleta de esgotos.
- Analisando a Tabela 1 (p. 5), os conselheiros consideraram que houve uma discrepância significativa entre o orçamento previsto e realizado para as categorias de investimento *exclusivo* e *compartilhado*. Os investimentos compartilhados tiveram execução de 110%, enquanto os exclusivos, 76%. Concluiu-se que deve ser pedido um pedido de complementação de informações a respeito desse ponto.
- A comissão notou também que os valores apresentados na Tabela 1 não são os mesmos da Tabela 2.7 do Anexo II- Plano de Investimentos. Já que esta discrepância pode se dever à atualização inflacionária, este ponto ficou como pedido de esclarecimento.
- A respeito da Tabela 3 (p.5), apontou-se a necessidade de um apontamento sobre a mudança que houve no indicador de tratamento de esgotos coletados, cuja metodologia foi alterada recentemente.
- Como pedido de esclarecimento, notou-se também que o documento deveria ser enviado em formato aberto, com tabelas em excel para a manipulação, e não em um PDF escaneado.
- Encerrada a reunião, os representantes do governo de comprometeram a lavar e socializar a ata e a apresentação.